

Presidente do CNJ ressalta a independência na abertura do Encontro Nacional do Judiciário

A independência do Judiciário foi enfatizada pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes diante de presidentes de tribunais federais e estaduais na abertura do Encontro Nacional do Judiciário na manhã nesta segunda-feira (25/08) em Brasília. "A independência judicial é mais relevante do que o próprio catálogo de direitos fundamentais", disse. O ministro festejou a presença de todos os segmentos do Judiciário no evento, cuja tônica principal foi a integração. "Não podemos atuar como ilhas", pregou, ao propor a superação dos obstáculos da falta de comunicação entre as instituições.

A independência do Judiciário foi enfatizada pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes diante de presidentes de tribunais federais e estaduais na abertura do Encontro Nacional do Judiciário na manhã nesta segunda-feira (25/08) em Brasília. "A independência judicial é mais relevante do que o próprio catálogo de direitos fundamentais", disse.

O ministro festejou a presença de todos os segmentos do Judiciário no evento, cuja tônica principal foi a integração. "Não podemos atuar como ilhas", pregou, ao propor a superação dos obstáculos da falta de comunicação entre as instituições. Para ele, o compartilhamento de soluções e o alinhamento de propostas é fundamental para o sucesso de iniciativas. "Há necessidade de se manter os canais de comunicação", afirmou.

Às lideranças, Gilmar Mendes ressaltou que cabe ao Judiciário resolver o "imbróglio da morosidade e, por isso, do descrédito, da falta de transparência, do eventual elitismo da Justiça". Segundo ele, "estamos prontos para soluções proativas". Como exemplo de modernização, citou o projeto piloto dos mutirões carcerários, lançado na semana passada no Rio de Janeiro

Tabelas processuais - Sobre o CNJ, o ministro lembrou a adoção das tabelas processuais unificadas para a uniformização de procedimentos, "com resultados positivos mensuráveis para a racionalização do trabalho no Poder Judiciário". Mendes frisou que o Conselho quer ser o interlocutor dos tribunais sem esquecer as peculiaridades regionais.

O Encontro reúne 170 pessoas entre presidentes e ministros dos tribunais superiores, tribunais regionais federais, tribunais estaduais de Justiça, do trabalho, militares e eleitorais, além de magistrados de todos os estados, dirigentes de associações de juizes e demais instituições convidadas.